

Literatura infantil e ideologia (1985), de Fúlvia Rosemberg:

um “maio de 68” nos estudos sobre o gênero
Fernando Rodrigues de Oliveira

Como citar: OLIVEIRA, F. R. Literatura infantil e ideologia (1985), de Fúlvia Rosemberg: um “maio de 68” nos estudos sobre o gênero. *In:* MORTATTI, M. R. L.; BERTOLETTI, E. N. M.; OLIVEIRA, F. R. (org.). **Clássicos brasileiros sobre literatura infantil (1943-1986)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 275-304. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-021-1.p275-304>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

8.

Literatura infantil e ideologia (1985), **de Fúlvia Rosemberg:** **um “maio de 68” nos estudos sobre o gênero**

Fernando Rodrigues de Oliveira

O título deste texto faz alusão a uma homenagem prestada por Maria Malta Campos à Fúlvia Rosemberg, na triste ocasião do seu falecimento, em 2014. Ao se referir à voz crítica, contestadora e inquieta dessa pesquisadora sobre as desigualdades sociais, especialmente as envolvendo crianças e mulheres, Maria Malta Campos expressou que o ingresso de Fúlvia Rosemberg no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, em meados de 1970, foi como se “maio de 68” chegasse a esse Departamento.

“Maio de 68”, como ficou conhecido entre os historiadores, compreende uma onda de protestos iniciados por estudantes franceses, em 02 de maio de 1968, após decisão da direção da Universidade de Nanterre de separar os alojamentos de homens e mulheres. Duramente reprimidos e ameaçados de expulsão, esses protestos estudantis aumentaram e se espalharam por outras Universidades, até ganhar apoio do Partido Comunista e abranger a classe trabalhadora. A união entre os estudantes e trabalhadores ocasionou uma das maiores greves da Europa, resultando na

conquista de algumas melhorias de condições de trabalho e na queda do general Charles de Gaulle, que renunciou ao cargo de presidente da França, em 1969 (HOBSBAWN, 1995).

Embora sejam os acontecimentos na Universidade de Nanterre que tenham marcado o início do “maio de 68”, as motivações envolvidas nos protestos eram mais complexas e se relacionavam à crescente insatisfação dos jovens com o sistema de ensino tradicional francês, como decorrência das críticas ao capitalismo e ao poder instituído. Entre essas insatisfações, destacavam-se:

[...] a recusa do caráter classista da universidade; a denúncia da falsa neutralidade e da falsa objetividade do saber; a denúncia da parcelização e tecnocratização do saber; a contestação dos cursos *ex cathedra*; a denúncia dos professores conservadores ligados à política do governo; o questionamento do lugar que, na divisão capitalista do trabalho, os diplomados irão ocupar; e a denúncia da escassez de possibilidade de empregos qualificados [...] (THIOLENT, 1998, p. 70).

Voltados, sobretudo, às transformações educacionais e sociais, os acontecimentos de “maio de 68” significaram uma reação contra as diversas formas de autoritarismo, a manifestação da desconfiança para com as autoridades e as hierarquias institucionais e a sensibilização para os problemas dos condicionamentos e adestramentos sociais, especialmente pela via da Educação, com as pedagogias autoritárias (THIOLENT, 1998). Nesse sentido, ainda que o movimento não tenha se efetivado como uma revolução (HOBSBAWN, 1995), tal como se pretendia, os acontecimentos de “maio de 68” propiciaram à sua geração:

[...] uma concepção de vida diferente, um olhar, uma independência para com as doutrinas e hierarquias estabelecidas. Inclusive nas artes, jovens procuravam expressar algo diferente, estabelecendo relações com movimentos populares e desafiando vários tipos de poder. Nos estudos, adquiriram uma estrutura de relevância diferente do saber acadêmico tradicional. Na pesquisa social e na educação, procurava-se um novo ideário metodológico capaz de dar outra relevância aos fatos e de estabelecer uma participação entre os interessados, ou forma de atuação prática e permanente (THIOLENT, 1998, p. 93).

Em vista dessas características, assim como “maio de 68” se configurou como movimento de ampla crítica social, educacional e política contra as bases do conservadorismo e com vistas à transformação da sociedade e a renovação do pensamento crítico, também pode-se caracterizar dessa maneira o emblemático trabalho de Fúlvia Rosemberg sintetizado em *Literatura infantil e ideologia*, de 1985.

Ao compor a nova geração de estudiosos da educação que se formava no Brasil em meados da década de 1970, empenhados no esforço de repensar a sociedade e a reconstrução do país contra o regime ditatorial imposto pelo golpe militar de 1964, Fúlvia Rosemberg produziu com esse livro um discurso inaugural, como denúncia da ideologia subjacente à literatura infantil. A partir dele, despontaram no cenário acadêmico, especialmente no campo das Educação, da Psicologia e das Letras, diferentes trabalhos envolvidos com as análises de representações sociais e étnico-raciais nos textos literários, corroborando para o debate sobre o papel, o lugar e os

efeitos que esse objeto cultural pode desempenhar na formação do público leitor infantil.

É esse lugar inaugural de *Literatura infantil e ideologia* que busco apresentar e problematizar neste texto.

Fúlvia Rosemberg: entre pesquisa, ensino e militância⁹⁵

Filha da escritora Odete de Barros Mott, uma das mais conhecidas e produtivas escritoras de literatura infantil e juvenil do século XX, Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg nasceu na cidade de São Paulo, em 1945, e graduou-se em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1965.

Após concluir a graduação, mudou-se para a França, ainda em 1965, para iniciar seu doutoramento pelo *Laboratoire de biopsychologie de l'enfant*, na *École Pratique des Hautes Études*, da *Université de Paris*. Sob orientação de Hélène Gratiot Alphandéry, em 1969 concluiu a sua tese, intitulada *La famille et les relations familiales dans les livres pour enfants*.

Com a conclusão do doutorado, entre 1970 e 1971, atuou como professora no Instituto Sedes Sapientiae e, em 1972, retornou para a França, para trabalhar como colaboradora na *Université de Paris XIII - Paris-Nord* e na *Université de Paris VII –Denis Diderot*.

Depois de sua segunda passagem pela França, em 1974, retornou ao Brasil, dessa vez para assumir cargo de pesquisadora

⁹⁵ As informações contidas neste tópico foram extraídas do *Curriculum Vitae* de Fúlvia Rosemberg disponível na Plataforma Lattes.

sênior junto à Fundação Carlos Chagas, instituição com a qual manteve vínculo até seu falecimento.

Concomitantemente aos trabalhos na Fundação Carlos Chagas, em 1984 assumiu cargo de professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo permanecido nessa instituição também até seu falecimento.

Como decorrência de suas atividades acadêmicas na Fundação Carlos Chagas e na PUC-SP, desempenhou uma série de outras atividades acadêmicas, como: entre 1988 e 1996, foi consultora da Secretaria do Menor, do município de São Paulo; em 1995, assumiu a coordenação da área “Ciências Humanas e Sociais” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cargo que ocupou até 2003; entre 1998 e 2003, foi delegada substituta do Brasil junto ao Instituto de Educação de Hamburgo, na Alemanha; nos anos 2000, coordenou o Programa Institucional de Bolsas de pós-graduação para Ações Afirmativas financiado pela Fundação Ford; criou e coordenou junto à PUC-SP o NEGRI – Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade; participou, entre 1987 e 2014, de 127 bancas de pós-graduação; e orientou, entre 1987 e 2014, 42 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado.

No âmbito político e da militância, também teve destacada e pioneira atuação no debate sobre racismo, preconceito e defesa da infância. Dentre as ações que desempenhou, destacam-se: a participação, em 1978, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Mulher, do Congresso Nacional; a criação, em 1981, com outras colegas da Fundação Carlos Chagas, do periódico *Mulherio*, que tinha o objetivo de sistematizar informações sobre a

condição feminina no Brasil e congregar especialistas interessados no debate sobre feminismo; e a participação, em 2010, como depoente na audiência pública do Senado Federal sobre o Projeto de Lei de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (PLS 414 e PLC 6755), sobre questões relativas à educação infantil.

Dessa atuação acadêmica, política e militante, sobressaem-se os principais temas que marcam a trajetória de Fúlvia Rosemberg, quais sejam: a infância, as relações étnico-raciais, as relações de gênero e as relações etárias. Esses temas encontram-se amplamente discutidos em sua vasta produção bibliográfica, composta por 95 artigos, 35 livros, 88 capítulos de livros e inúmeros trabalhos em anais de eventos e textos em jornais de notícias.

A pesquisa *Análise dos modelos culturais na literatura infantil* (1979)

Quando retornou ao Brasil, em 1974, Fúlvia Rosemberg tinha como destino de trabalho a Fundação Carlos Chagas. “Feminista, chegava com uma bagagem intelectual ainda pouco conhecida [no Brasil], com os primeiros ecos das políticas da diferença, que aqui mal arranhavam as denúncias das desigualdades sociais” (CAMPOS, 2014, p. 160).

Logo que assumiu o posto de pesquisadora sênior dessa Fundação, organizou sua equipe de trabalho para, em 1975, dar início a uma ampla pesquisa com tema relacionado ao de seu doutoramento. Interessada desde a sua formação na França pela análise de conteúdo dos livros destinados às crianças, iniciou nesse ano o desenvolvimento da pesquisa *Análise de modelos culturais na*

literatura infanto-juvenil, para qual contou com a colaboração da equipe que havia formado.

Por entender que essa proposta de pesquisa se configurava como interdisciplinar, Fúlvia Rosemberg escolheu para colaborar com a pesquisa: Esmeralda V. Negrão, com formação em Letras; Maria Lúcia de S. B. Pupo Tavares, com formação em Comunicação e Artes; Nídia Vilati, estudante de Pedagogia; Regina Pahin Pinto, com formação em Sociologia; Sivia Lusting, com formação em Pedagogia, Ana Maria Caleiro, que foi substituída, em 1976, por Solamge Assumpção, ambas com formação em Psicologia⁹⁶.

Sob a coordenação de Fúlvia Rosemberg, a pesquisa *Análise de modelos culturais na literatura infanto-juvenil* se estruturou em torno do objetivo de compreensão do significado social do ser criança, de modo que o recorte pela literatura infantil se configurou apenas como “artefato metodológico”. Para ela, a escolha por esses livros se deu a partir do entendimento de que eles constituíam “agentes do processo de socialização” e a “mensagem” contida neles assumia a função de “ensinamento”. Daí a sua proposta de reflexões mais críticas sobre o significado do “ser social da criança” nos livros e a necessidade de questionar os modelos sociais veiculados em seu conteúdo.

A partir desse objetivo e em diálogo com publicações francesas e norte-americanas de mesmo empreendimento, Fúlvia Rosemberg propôs um olhar inovador, diferenciando-se dos trabalhos existentes até então. Para ela, a visão que se observava nas

⁹⁶ Os nomes apresentados constam exatamente como foram registrados nos relatórios resultantes da pesquisa coordenado por Rosemberg (1979).

publicações que antecederam a sua pesquisa era a de que a literatura infantil tinha função “projetiva”, como indicadora de realização de diferentes culturas, portanto, que colocavam a criança “entre parênteses”.

Contrapondo-se a esse entendimento, sua proposta partia da ideia de que o discurso proferido por um adulto, por meio do conteúdo de um livro, refletia as particularidades da relação social determinada nesses livros. Pela relação que esse tipo de discurso sugeria, era digno de questionamento, uma vez que: “Seu significado se restringe à especificidade da relação que propõe, pois por se tratar de uma comunicação para e não entre, implica já, por sua própria existência, em distribuição desigual de poder” (ROSEMBERG, 1979, v.1, p. 9, grifos da autora).

Esse modo de compreender a literatura infantil tinha como base o próprio processo de “criação-produção-difusão” do gênero, que refletia a relação de “poder bipolarizada”, como “dominador-dominado”, na medida em que as crianças e jovens apenas recebiam para ler um “produto” gerado pelos adultos. Com isso, o enfoque proposto por Fúlvia Rosemberg no desenvolvimento da pesquisa foi a relação “adulto-criança” veiculada pela literatura infantil brasileira, a fim de se verificar se a relação desigual, típica da produção cultural para crianças, se apresentava nesse tipo de material. Para tanto, ela escolheu como metodologia a análise de conteúdo dos livros selecionados como amostra, entendida essa análise como:

[...] um momento, ou um corte no estudo de uma mensagem, um mero auxiliar no conhecimento dos verdadeiros interessados no processo: o emissor ou o receptor. É assim que,

todo estudo sobre conteúdo de comunicação visa a estabelecer inferências, sejam sobre a produção sejam sobre o público (ROSEMBERG, 1979, v.1, p. 12).

Para a composição da amostra, o critério inicial pensado foi o de “sucesso permanente”, a ser identificado pelas tiragens das edições. Porém, devido à impossibilidade de se obter essas informações junto às editoras, estabeleceu-se como critério a consulta ao Depósito Legal da Biblioteca Nacional. Do rol de livros relacionados nas publicações referentes a esse Depósito, foram selecionados 168 livros, publicados ou reeditados entre 1955 e 1975, todos de autoria de brasileiros. Para se chegar a esse número, não foram considerados: os livros adaptados de autores estrangeiros, livros de poesia, livros de teatro, livros não ficcionais, quadrinhos, paradidáticos, livro-brinquedos e os livros sem autoria identificada.

Diante da definição da amostra, como procedimento complementar à análise de conteúdo, foram estabelecidas uma análise quantitativa e uma análise qualitativa dos livros.

A análise quantitativa voltou-se à coleta e à categorização dos dados a partir de três unidades: “personagem na ilustração”, “personagem no texto” e “comportamento no texto”. Para isso, foram estabelecidos dois instrumentos de coleta, um destinado à codificação dos dados coletados a partir do conteúdo dos livros, outro destinado ao registro e controle desses dados. Esses instrumentos permitiram a identificação e análise de: 626 “estórias”, 4.694 personagens ilustrados, 8.048 personagens no texto e 9.972 comportamentos observáveis. Esses dados foram coletados a partir de 168 títulos de literatura infantil.

A partir desses dados quantitativos, foi realizada a análise qualitativa com o objetivo de inferir e dar sentido à disseminação de modelos culturais na literatura infantil. Para tanto, essa análise buscou compreender os diferentes níveis em que se podia verificar manifestações de discriminação e da relação desigual de poder entre adulto e criança, com vistas às categorias: idade, sexo, cor-etnia e origem socioeconômica.

O resultado “bruto” dessa pesquisa foi apresentado por Fúlvia Rosemberg à Fundação Carlos Chagas em formato de relatório datilografado no ano de 1979, quando a pesquisa foi concluída. Condizente com a monumentalidade da proposta e das atividades investigativas previstas, o relatório *Análise de modelos culturais na literatura infanto-juvenil* (1979) apresenta nove volumes, com aproximadamente 1.500 páginas.

A síntese da pesquisa: *Literatura infantil e ideologia* (1985)

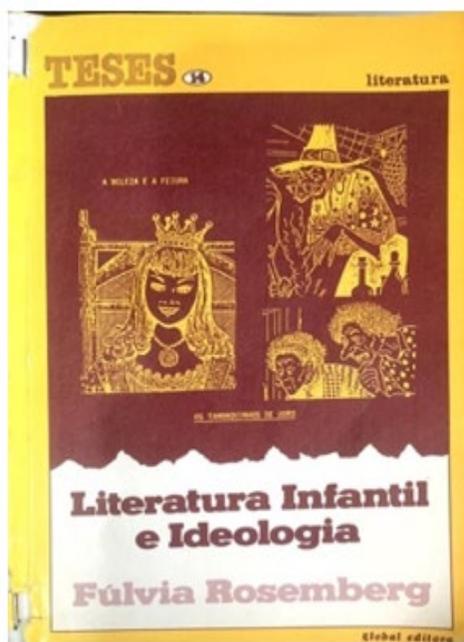
Após a conclusão da pesquisa, no início da década de 1980, Fúlvia Rosemberg organizou uma versão resumida do relatório *Análise de modelos culturais na literatura infanto-juvenil* (1979), que resultou no livro *Literatura infantil e ideologia*.

Publicado pela Global em fevereiro de 1985, esse livro integrou a coleção “Teses” dessa editora, como o 14º volume. A Global, embora tenha se especializado na publicação da literatura nacional, quando foi fundada, em outubro de 1973, por Luiz Alves Júnior e Raimundo Rios, investiu nas publicações de caráter sociológico, como Marx, Lenin e Rosa Luxemburgo, e nas publicações de trabalhos acadêmicos de pesquisadores brasileiros.

Grande parte dessas publicações integrou a coleção “Teses”⁹⁷, organizada por Jaime Pinsky.

Com uma capa que reproduz duas ilustrações de livros infantis que sinalizam as críticas e denúncias registradas em seu conteúdo, *Literatura infantil e ideologia* (1985) se organiza em oito capítulos e dois anexos, totalizando 135 páginas.

Figura 1
Capa de *Literatura infantil e Ideologia* (1985)



Fonte: Acervo pessoal do autor

⁹⁷ *A literatura infantil na escola*, de Regina Zilberman; *Ensino pago: um retrato sem retoques*, de Carlos Benedito Martins; *Os conflitos e humanismo*, de Leôncio Basbaum; *Ademar de Barros e o PSP*, de Regina Sampaio; *O livro didático na história do Brasil*, de Maria Laura P. B. Franco; *História e consciência social*, de Leôncio Basbaum; e *Pequenos bandidos*, de Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

Nos capítulos iniciais são apresentados, de maneira sintética, os objetivos, a metodologia de análise e os critérios para a seleção da amostra.

Em função do objetivo da pesquisa que resultou nesse livro – compreender o significado social do ser criança –, Fúlvia Rosemberg (1985) explicita que a díade “adulto-criança” não propicia ou favorece uma verdadeira interação entre esses indivíduos. Para ela, de modo geral, o que se observa é o adulto desempenhando o seu papel de quem ensina (“emissor”) e a criança a de quem aprende (“receptor”). Essa relação desigual, decorrente do adultocentrismo, se consolida na educação formal e informal que, “[...] além de manter a relação de dependência da criança, tende a prolongá-la cada vez mais” (ROSEMBERG, 1985, p. 24).

Desse entendimento, Fúlvia Rosemberg (1985) explica que havia no debate sobre a infância duas formas comuns de definir a criança e que impactavam diretamente na construção da relação entre ela e o adulto. A primeira, definia a criança como um “vir a ser”, uma promessa, da qual decorria a ideia de educação voltada para a realização do que os adultos ainda não fizeram. A segunda, projetava a criança como figura idealizada, inocente, autêntica, ainda sem deformação social, portanto, a possibilidade de salvação da Humanidade.

Munida dessa compreensão, ela explica que a relação desigual de poder existente entre o adulto e a criança se reproduz na literatura infantil, uma vez que esse gênero literário se define como “[...] forma de comunicação historicamente determinada onde o emissor é o adulto e o receptor é a criança” (ROSEMBERG, 1985, p. 29). Não por acaso, explica essa autora, que a literatura infantil

surgiu na mesma medida em que as crianças passaram a ser vistas como indivíduos que demandavam formação específica, sempre associados esses livros aos contos populares, originalmente escritos para o público adulto.

Mas não era apenas na relação do adulto como produtor e da criança como leitora que a assimetria e desigualdade de relação de poder se fazia presente na literatura infantil. Para Fúlvia Rosemberg (1985, p. 30):

O caráter unilateral da relação estabelecida pelo livro infanto-juvenil não decorre apenas do domínio exercido pelo adulto sobre a criação de um texto ou de uma imagem, mas também de seu poder sobre a produção, difusão, crítica e consumo de um livro. São adultos os escritores, ilustradores, diagramadores, programadores, capistas, editores, chefes de coleção; são também adultos os agentes intermediários (críticos, bibliotecários, professores, livreiros) responsáveis pela difusão do livro junto ao comprador que também é adulto.

Desse entendimento, ela esclarece que a distância entre a criança e o controle do consumo é a máxima expressão do poder assimétrico exercido pelo adulto. E complementa explicando que, enquanto categoria social, as crianças não participavam da compra dos produtos que consumiam e não dispunham de canais para opinar ou manifestar o que pensavam. Por isso, nessa relação, podia-se dizer que a criança se transformava num “receptor cativo”.

Guiada por esse entendimento sobre a infância e sobre a literatura infantil, Fúlvia Rosemberg (1985) apresenta os resultados da análise dos 168 livros que compuseram a amostra da pesquisa, de

modo a dar destaque para quatro aspectos: o livro como mercadoria; a narrativa; a estrutura das narrativas; e a dupla moralidade.

Sobre análise do livro como mercadoria, ela afirma que, embora esse objeto cultural se apresentasse como produto cuja feitura destinava-se às crianças, o que se via era um grande desrespeito a esse público leitor, pois não considerava as suas especificidades e o tratava como menor e menos importante. Para Fúlvia Rosemberg (1985), a análise material dos livros demonstrava uma série de imperfeições e descuidos, que pressupunham a visão de leitores imaturos, com desenvolvimento psicológico distinto dos adultos.

Dentre essas imperfeições, ela destaca: a escolha de material de baixa qualidade ou inapropriado, que gera transparência nas folhas; encadernação que desconsiderava a motricidade da criança; escolha por tipos gráficos pequenos, com impressão de má qualidade e com diagramação mal elaborada; ausência de informações sobre autoria e ilustrador; e o uso de vocabulário por vezes inacessível.

Essas características indicavam, segundo Fúlvia Rosemberg (1985), a falta de consciência de que os pequenos leitores nem sempre dominavam os mecanismos da leitura e de que, por serem crianças, qualquer coisa, do ponto de vista da qualidade, servia para elas.

Se a preocupação com a aproximação entre o livro e a criança, tão propalada, existisse realmente, o livro deveria ser um objeto bem acabado, não se permitindo que fossem colocados à venda, por exemplo, exemplares com páginas mal guilhotinadas,

contendo partes do que seria reservado a outro exemplar (ROSEMBERG, 1985, p. 52).

Ainda com relação à análise dos livros como mercadoria, Fúlvia Rosemberg (1985) problematiza a qualidade literária dos textos. Segundo ela, a maior parte dos livros analisados demonstravam intuito de transmissão de ensinamentos de natureza moral, como uma “[...] avalanche didática tão violenta que se poderia mesmo falar em terrorismo pedagógico” (ROSEMBERG, 1985, p. 55).

Nesse sentido, embora o discurso em torno desses livros fosse o de formar o hábito leitor, as narrativas eram “[...] pouco interessantes, mal elaboradas, por vezes incompreensíveis” (ROSEMBERG, 1985, p. 53), pois se prestavam apenas à didática, com recursos estilísticos pobres e repetitivos. Em vista disso, Fúlvia Rosemberg (1985) aponta que o entendimento do livro como mercadoria indicava o tratamento do leitor infantil e juvenil como público menor, que dispensava zelo e cuidado apurado.

Esses problemas envolvidos com a intencionalidade apenas didática, apontados na análise do livro como mercadoria, se acentuam na análise das narrativas em si. Conforme aponta Fúlvia Rosemberg (1985), os enredos indicavam a intencionalidade explícita de transmissão de valores morais e de “doutas” informações, como verdadeiros códigos de éticas e instrumentos de normatização da vida. Ela aponta nesses livros que:

Nenhuma outra motivação é tão importante quanto o ensinamento e a demonstração de bons princípios éticos, mesmo quando acarreta artificialismo, inverossimilhança e

contradição na criação de personagem e contextos, mesmo que requeiram soluções do tipo *deus ex machina* (ROSEMBRERG, 1985, p. 59).

Nesse sentido, os livros de literatura infantil eram marcados pela condenação de comportamentos vistos como inapropriados, como: teimosia, desobediência, vaidade, atrevimento, tagarelice, indiscrição, agressividade, violência, inveja, egoísmo, avareza e presunção. Quando esses comportamentos figuravam nos textos, eram para demarcar como exemplo negativo, digno de punição com castigo físico.

Sobre o aspecto dos castigos, Fúlvia Rosemberg (1985) explica que “A legitimidade da punição e do uso da força como castigo é tão acentuada nos livros que muitas vezes o ‘culpado’ é punido através do ato equivalente a sua culpa, sem que se reflita ao menos sobre a coerência da moral ou sobre a validade da leito de Tabelaio” (ROSEMBRERG, 1985, p. 63).

Mediante as proibições, censuras e castigos, Fúlvia Rosemberg (1985) destaca que as narrativas infantis tentavam reproduzir uma idealização do universo e da humanidade, reprimindo qualquer tipo de contradição, de frustração e de conflito psicológico ou social. Uma literatura “edificante”, pautada no princípio do “bem”.

Com relação a esse último aspecto, para reforçar a noção de “bem” a ser transmitida pela literatura infantil, Fúlvia Rosemberg (1985) aponta que um recurso recorrente nos livros era o maniqueísmo.

O maniqueísmo, como elemento dinamizador e a idealização, como pano de fundo, constituindo os ingredientes mais constantes do ensinamento moral e o estofo de grande parte dos livros infanto-juvenis brasileiros, acarretam a sequência ordem/desordem/ordem que corresponde ao ritmo estrutural equilíbrio/tensão/equilíbrio. Ao nível da trama, a ordem se confunde com o bom e o belo e a desordem com o mau e o feio e a tensão aparece como uma ruptura indesejável da harmonia pré-existente, pois no princípio era a ordem. (ROSEMBERG, 1985, p. 60-61).

Em face desses apontamentos com relação às narrativas, Fúlvia Rosemberg (1985) considera ser a leitura deles “[...] pesada, não havendo manifestamente qualquer intenção de transformá-los em narrativas vivas e humanas, contraditórias, pelo menos, como parecer ser a vida de nós todos, carregada de dúvida e paixão” (ROSEMBERG, 1985, p. 67).

Após análise das narrativas, apresenta-se alguns dados relativos à análise da estrutura dos textos. Sobre esse aspecto, Fúlvia Rosemberg (1985) afirma ter identificado posturas bastante diversas, que denotam quatro grandes tendências.

Na primeira tendência, identifica-se a presença de histórias cujos elementos das estruturas narrativas sinalizavam o ideal moralizante. Por meio de narradores em 3ª pessoa, que exercem o papel de educador onisciente e onipresente, esses livros se caracterizavam pela idealização do homem e do meio e pela “pedagogia” do “modelo ou contra-modelo”, mediante a representação do maniqueísmo. Em vista disso, trata-se de um grupo de narrativas que veicula modelo de relação adulto-criança centrado

no poder do adulto e apoiado na desigualdade do conhecimento entre esses indivíduos.

Na segunda tendência, constam as narrativas com estrutura em que a relação emissor-receptor é mais próxima e menos desproporcional, ainda que o foco narrativo tenha como voz um adulto. Apesar de essas narrativas também apresentarem certo didatismo, essa característica era minimizada, uma vez que a criança não era vista exclusivamente como aprendiz e o adulto exclusivamente como educador.

No conjunto das narrativas que integram essa segunda tendência, Fúlvia Rosemberg (1985) elenca o nome dos seguintes autores: Monteiro Lobato, Érico Veríssimo, José Lins do Rego, Luís Jardim e Rachel de Queiroz.

Na terceira tendência, a relação adulta-criança observada foi outra, diferente das anteriores. Segundo Fúlvia Rosemberg (1985), esses textos rompiam com o conceito tradicional de literatura infantil, de tal forma que a crítica e os próprios editores não os consideravam específicos para criança, mas para qualquer leitor. Tratam-se de textos com narrativas em 1ª pessoa, com narradores infantis, que sugeriam a superação da relação de poder desigual típica da literatura infantil.

Na quarta e última tendência, as estruturas das narrativas indicavam uma acentuação do reconhecimento da infância como etapa específica da vida, pois apresentavam uma relação biunívoca da interação adulto-criança. O modo como esses livros se organizavam era mostra do intento de não falar “para”, mas falar

“com” as crianças. Em face disso, ainda que esses textos se configurassem como minoria, para Fúlvia Rosemberg (1985, p. 76):

[...] a criação e a produção de livros infanto-juvenis podem, não apenas reproduzir modelos de relacionamentos existentes, mas propor outros: novos modelos de ação concreta junto à criança, que poderão atuar como guias para outros adultos, que se relacionam com a criança em outros campos.

Após analisar as narrativas, a estrutura e o livro como mercadoria, Fúlvia Rosemberg (1985) detém-se à apresentação das representações sociais identificadas nas personagens e ilustrações, o que ela identifica como uma “dupla moralidade”. Essa expressão advém de uma contradição observada em relação aos livros analisados, pois ao mesmo tempo que buscavam servir de instrumento educativo e moral, convertiam-se em veículos portadores de preconceitos.

Se bondade, fraternidade, honestidade, respeito mútuo, controle de impulsos primários constituem princípios judiciosamente externados, discriminação, opressão, negação e violentação, constituem princípios-guia na criação de personagens. [...]

Detectamos, percebemos e denunciemos, a ocorrência de preconceito acintoso e revoltante – sexual, étnico-racial e econômico – ao lado de um discurso educativo, emulador de altos princípios éticos (ROSEMBERG, 1985, p. 77).

Segundo Fúlvia Rosemberg (1985), um dos preconceitos de mais efeitos identificados nos livros era o étnico-racial. Ela aponta a prevalência da ideia de que o homem branco, proveniente dos

estratos médios, era considerado o representante da espécie. De modo geral, estabelecia-se a “branquidade” como condição normal e neutra da humanidade. Por esse motivo, eram essas personagens que recebiam maior elaboração narrativa. Mesmo quando não se descrevia uma personagem como branca, ela era facilmente identificada pela inferência das minuciosas informações textuais e dos traços da ilustração.

Se o branco era tido nesses livros como o representante da espécie, o negro, em posição, era a quem se negava o “[...] direito à existência humana [...]” (ROSEMBERG, 1985, p. 81). Em vista disso, personagens negras geralmente eram descritas com caráter negativo, mau, associado à sujeira, à tragédia e à maldade. Mesmo quando o texto verbal não distinguia o negro do branco, a ilustração o fazia pelas características comportamentais, representando o negro de forma estereotipada.

Até mesmo no processo de antropomorfização se sobressaía o privilégio de ser branco em relação a ser negro. Conforme explica Fúlvia Rosenberg (1985), normalmente figuras míticas e folclóricas eram ilustradas com traços de primatas, como aproximação sugestiva do negro com a animalidade.

Não diferente do preconceito que se verificava com o negro, era o preconceito com o índio⁹⁸. Fúlvia Rosenberg (1985) destaca que as ilustrações e descrições dos índios se davam também de forma estereotipada, com traços físicos que os associavam a guerreiros, sempre com arco e flecha. Também era comum a associação deles a

⁹⁸ Embora o termo usado atualmente para se referir aos povos nativos brasileiros seja “indígena”, mantenho, aqui, o conceito utilizado por Fúlvia Rosenberg em *Literatura infantil e ideologia* (1985).

comportamentos animais e primitivos, ou seu tratamento como objeto.

Outra ocorrência de preconceito identificada por Fúlvia Rosemberg (1985) nos livros analisados foi a de sexo⁹⁹. De modo geral, ela observou que as mulheres ocupavam lugar de coadjuvantes nas narrativas, sempre com atribuição de traços estereotipados, tais como: uso de avental; associação a profissões de menor prestígio (normalmente empregada doméstica); realce dos atributos físicos como qualidade das personagens (ser bonita é que qualifica, não o comportamento em si); representação sempre em plano de menor destaque e subsidiário ao de um personagem masculino; delimitação do espaço associado ao lar; comportamentos apáticos, sem iniciativa ou coragem e força; e associação aos afazeres domésticos.

O preconceito de sexo se reforçava quando se verificavam destinatários específicos. Os livros eminentemente masculinos costumavam ter traços “neutros”, universais, podendo ser acessados tanto por meninos quanto por meninas. Por sua vez, os livros femininos tinham público específico, normalmente proibidos ou rejeitados por meninos. Esse aspecto, conforme atesta Fúlvia Rosemberg (1985), corroborava para a construção de um gueto simbólico pautado no preconceito de sexo, na misoginia, que povoava a vida religiosa, escolar, política, profissional e cultural da época.

A partir dessas análises, Fúlvia Rosemberg (1985) explica que, na consecução do objetivo que deu origem à pesquisa sintetizada em *Literatura infantil e ideologia*, o que se verificava nos

⁹⁹ Aqui, utilizo o mesmo termo empregado no livro em análise.

livros analisados era que eles propunham uma relação entre desiguais no que dizia respeito ao adulto e à criança e uma relação entre iguais no que dizia respeito às categorias sociais privilegiadas, étnica, racial e economicamente.

É assim que a dupla moralidade que propõe é, pelo menos isomorfa aos padrões culturais e às relações de poder dominantes na medida em que produzida por adultos e concretizando um certo modelo de educação unidirecional, remede a relação de dominação adulto-criança; na medida em que produzida por brancos de classe média e destinada a brancos de classe média, mantém a relação de dominação entre essas categorias sociais. Sua dupla mensagem realiza um sincretismo temporal, pois é parcialmente destinada à criança de hoje (na sua posição de dominada) e ao adulto que será (na sua posição de dominador) (ROSEMBERG, 1985, p. 103).

Com base nisso, Fúlvia Rosemberg (1985) conclui *Literatura infantil e ideologia* afirmando de que os livros destinados aos pequenos e jovens leitores ainda requeriam encontrar o seu público, de modo a respeitá-lo mediante a construção de outros padrões de relação adulto-criança, tal como preconizava a Declaração da União Internacional para os Livros da Juventude, por ocasião do Ano Internacional da Criança, em defesa da construção de um mundo melhor a partir dos livros.

A repercussão da pesquisa e o seu papel inaugural

Embora conhecida no meio acadêmico pela sua atuação com pesquisas e militância relacionadas à defesa da infância e às questões envolvidas com o preconceito étnico-racial e de gênero, Fúlvia

Rosemberg ocupa lugar importante na constituição do campo da literatura infantil em função da pesquisa que coordenou junto à Fundação Carlos Chagas. Seu prestígio e sua importância na discussão sobre esse gênero literário se registram nas muitas atividades que desempenhou entre as décadas de 1970 e 1980, problematizando e apresentando os resultados decorrentes da análise dos livros literários infantis brasileiros.

Em edição do dia 15 de outubro de 1978 do jornal *Folha de S. Paulo*, para a qual Fúlvia Rosemberg cedeu entrevista a Mirna Pinsky sobre o “pouco caso” que a literatura infantil fazia da criança, ela foi assim descrita: “Psicóloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, é a mais procurada para dar entrevistas e palestras [na semana da criança]. Coordenadora de um dos poucos projetos brasileiros sobre literatura infantil” (FOLHA, 1978, p. 12).

Essa nota do jornal *Folha de S. Paulo* é representativa da importância que Fúlvia Rosemberg teve/tem para o debate sobre os livros literários para crianças. Devido ao ineditismo de sua proposta e da sustentação em bases acadêmicas para se produzir Ciência, ela rapidamente se tornou referência no campo, participando de muitas atividades para falar ou debater o tema das representações sociais existentes na literatura infantil.

Dentre essas atividades, a primeira se deu em junho de 1976, quando ministrou uma aula em curso organizado pelo Celiju – Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil. Fundado em 1973 pela sua mãe, a escritora Odete de Barros Mott, e pela bibliotecária Idaty Brandão Onaga, o Celiju teve papel importante no cenário da constituição do campo da literatura infantil, tendo congregado professores e estudiosos do assunto envolvidos na

formulação de um tipo de saber específico sobre esse gênero literário (OLIVEIRA, 2015).

O curso promovido pelo Celiju destinava-se a pais, professores e interessados na discussão sobre a literatura infantil e tinha o seguinte formato: 10 aulas, com duração de 3h cada, das 20h às 23h, entre os dias 1º e 11 de junho de 1976. Os temas das aulas e os respectivos responsáveis eram: “Estilos literários para crianças”, com Nelly Novaes Coelho; “Literatura infantil e Educação”, com Nelson Rosamilha; “Literatura infanto-juvenil, cultura e sociedade”, com Fúlvia Rosemberg; “Análise estrutural da literatura infanto-juvenil”, com Lúcia Pimentel Góes; e “A literatura infanto-juvenil e a escola”, com Anna Maria Pimentel.

Ainda em 1976, no mês de agosto, Fúlvia Rosemberg realizou uma palestra no Seminário “O livro infantil e juvenil e sua função lúdica, pedagógica e social”, durante a IV Bienal Internacional do Livro, em São Paulo.

Nos anos seguintes da década de 1970 a circulação de Fúlvia Rosemberg se expandiu, de modo que se verifica a sua presença em muitas iniciativas relacionadas à literatura infantil. Dentre elas, destaque: em 1977, proferiu palestra no I Encontro Estadual de Teatro infantil, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo; em 1978, ministrou a aula “O adulto, a criança e a literatura infantil”, em um curso de extensão universitária sobre esse gênero literário, promovido pela Faculdade São Judas; em 1979, fez palestra sobre a influência dos objetos culturais que circulam na escola durante o Simpósio “Papéis sociais do homem e da mulher”, promovido pelo Pro-Mulher; e, também em 1979, organizou e

ofertou o curso “Modelos culturais na literatura infantil”, pela Fundação Carlos Chagas e pelo Instituto Sedes Sapientiae.

Já na década de 1980, com a pesquisa concluída, Fúlvia Rosemberg angariou ainda mais espaço e destaque nas discussões sobre a literatura infantil, de tal modo que se tornou nome frequente em matérias de jornais que tratavam do assunto. Também nessa década alçou voos na televisão e na produção de material audiovisual.

Com relação aos jornais, muitas foram as vezes que Fúlvia Rosemberg foi convidada a falar sobre a literatura infantil ou que seus trabalhos acadêmicos foram utilizados como referência. Dentre esses registros, destaco sua participação no debate promovido pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em fevereiro de 1983, para tratar da discussão sobre a busca de novas linguagens para a literatura infantil.

Com relação às outras mídias, em 1985, pouco antes do lançamento de *Literatura infantil e ideologia*, Fúlvia Rosemberg participou do programa “Palavra de Mulher”, da TV Cultura, para discutir a “Discriminação feminina na literatura infantil”. No ano seguinte, 1986, produziu um vídeo de 18 minutos sobre seus estudos relativos ao preconceito, para ser exibido em uma mostra cultural promovida no Museu de Arte de São Paulo (MASP).

Concomitantemente à divulgação dos resultados parciais ou finais de sua pesquisa na imprensa, em cursos e em palestras, Fúlvia Rosemberg teve publicado uma série de textos em periódicos de natureza científica, como: a revista *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas; a *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, da Associação Brasileira de Associações de

Bibliotecários; a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP); a revista *Cadernos do CERU*, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; o *Boletim Informativo*, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil; a revista *Tempo Brasileiro*; e a revista *Ciência e Cultura*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Além das publicações em periódicos científicos nacionais, consta na sua produção bibliográfica a publicação de trabalhos resultantes de sua pesquisa em periódicos estrangeiros. São eles, “*L’analisi del contenuto dei libri per ragazzi*”, publicado em 1976 na revista *Le Minuzzolo*, da Itália; “*Etnisch - rassische diskriminierung in der brasilianischen kinderund judendliteratur*”, publicado em 1980 na revista *Arbeitskreis Fur Judendliteratur*, da Alemanha; e “*Children’s and youth literature research in Brazil 1976-1981: a bibliographical report*”, publicado em 1982 na revista *Phaedrus A Journal Of Childres’s*, do Estados Unidos.

Com a publicação de *Literatura infantil e ideologia*, em 1985, o lugar de Fúlvia Rosemberg e suas proposições sobre a relação adulto-criança e os preconceitos veiculados na literatura infantil se sedimentaram como referência para outros pesquisadores interessados no tema. De trabalhos iniciais, registrados no campo da Psicologia Social e da Educação, ainda hoje esse livro constitui referência também para pesquisas desenvolvidas sob a ótica dos Movimentos Sociais, das Ações Afirmativas e da Educação para as relações étnico-raciais.

Em balanço dessa produção (MORTATTI; OLIVEIRA, 2017), é notável a referência à *Literatura infantil e ideologia* (1985)

como base dos estudos interessados nas pesquisas sobre o tema. Além das menções que o consideram ser um trabalho inaugural, verificase nessa produção teses e dissertações que se propuseram a dar continuidade à pesquisa coordenada por Fúlvia Rosemberg, porém com abordagem da literatura infantil contemporânea. Também se verificam trabalhos que reproduzem ou se inspiram nos instrumentos de coleta de dados desenvolvidos por ela. Ou seja, mesmo depois de mais de três décadas da publicação desse livro, os estudos sobre a literatura infantil de Fúlvia Rosemberg continuam em circulação, inspirando e subsidiando novos trabalhos no campo.

Considerações finais

A análise dos dados aqui apresentados possibilita compreender aspectos importantes relacionados ao lugar da produção acadêmica de Fúlvia Rosemberg sobre literatura infantil para a constituição e consolidação desse campo acadêmico.

Resultante de pesquisa produzida em um contexto de denúncias contra as desigualdades sociais, agravadas pelo regime ditatorial imposto em 1964 após golpe militar, pode-se afirmar que *Literatura infantil e ideologia* (1985) ocupa um lugar inaugural para os modos existentes até então de se pensar, analisar e problematizar os textos literários destinados às crianças.

Com base nas novas formas metodológicas de se fazer pesquisa e pela perspectiva teórica dos novos pressupostos da Psicologia Social, da Teoria da Comunicação e do Estruturalismo sociológico, Fúlvia Rosemberg produziu com a pesquisa *Análise de modelos culturais na literatura infanto-juvenil* (1979) e com o livro

Literatura infantil e ideologia (1985) uma inovação nos estudos sobre literatura infantil, denunciando preconceitos, inadequações e inconsistências nos livros para crianças.

Com essa pesquisa e com a circulação do livro decorrente dela, um novo modo de ver a literatura infantil brasileira foi se disseminando, em oposição ao seu caráter moralista, didático, conservador e incoerente com a realidade. Nesse sentido, ainda que não fosse objetivo de Fúlvia Rosemberg, seu trabalho subsidiou uma renovação no entendimento da literatura infantil, contribuindo para a ampliação de mudanças que já se vinham sendo verificadas e reivindicadas na produção desse objeto cultural.

Assim, numa alusão metafórica ao “maio de 68”, que Fúlvia Rosemberg viveu direta ou indiretamente durante o seu doutoramento na França, seu trabalho em pode ser considerado como tento promovido um tipo de aspiração revolucionária e vanguardista nos estudos sobre a literatura infantil. Essa alusão deve-se ao papel inaugural, transformador e renovador que promoveram *Análise de modelos culturais na literatura infanto-juvenil* (1979) e *Literatura infantil e ideologia* (1985) nesse campo de conhecimento.

Referências

CAMPOS, Maria Malta. Fúlvia Rosemberg. *Cadernos de Pesquisa*. v. 44, n. 153. p. 760-775. jul./set. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. A literatura ainda faz pouco caso da criança. São Paulo, 15 out. 1978.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. Produção acadêmica brasileira sobre literatura infantil (1970-2016): desafios de um campo em constituição. In: SILVA, M.C.; BERTOLETTI, E.N.M. (Org.). *Literatura, leitura e educação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, p. 21-50.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. *História do ensino da literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo (1947-2003)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global, 1985.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Análise de modelos culturais na literatura infanto-juvenil*. Fundação Carlos Chagas, 1979, v. 1 a 9. (relatório de pesquisa) (mimeo).

THIOLLENT, Michel. Maio de 68 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social*. v. 10, n. 2, p. 63-100. out. 1998.

